

Povos Indígenas no Brasil

Fonte FOLHA DE GOIÁS Class.: 461  
 Data 05/02/89 Pg.: \_\_\_\_\_

# 190 Andreazza não se entende com o presidente da Funai

Brasília - "O coronel Nobre da Veiga é rico. Goza as férias onde quiser. Escolheu Paris, escolheu bem. E estava mesmo com a mulher dele na boate onde foi fotografado, o que foi a sua sorte", disse ontem o ministro do Interior, Mário Andreazza, chamando a si a responsabilidade do mal entendido com a imprensa em relação à localização do Presidente da Funai, quando há alguns dias o diretor do Departamento Geral de Projetos Comunitários anunciou o cancelamento de bolsas de estudos aos índios residentes em Brasília. O Ministro esclareceu: "quando me perguntaram pelo presidente da entidade, eu respondi que ele estava em Recife, só que era o presidente em exercício, Otávio Ferreira Lima, uma vez que nobre da Veiga está em férias".

A respeito do problema, o Ministro informou que a política do Minter é expandir o número de bolsas, "o que vem sendo cumprido" tendo sido concedidos Cr\$ 12 milhões este ano para a sua concessão a 1236 índios.

Segundo ele, dos 44 índios estudantes que moram na Capital Federal, "apenas sete, que não possuem emprego, serão transferidos para as proximidades da sua comunidade, e lá a Funai vai providenciar trabalho para eles, para que não fiquem ociosos".

Segundo ele, os estudos para a implantação do Parque Yanomani, realizados pelo Minter, estão prontos, mas, "como se situa na faixa da fronteira de Roraima com a Venezuela, envolvem responsabilidade do Conselho de Segurança Nacional, que os está

examinando e formulando alternativas".

Afirmou que "os estudantes do projeto Rondon não têm compromisso com o Governo", e que não estão sendo usados como agentes de informação para os órgãos de segurança, conforme denúncia do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). "Eles estão desenvolvendo um trabalho de conscientização junto às populações envolvidas para evitar que estas discriminem os índios".

O ministro Andreazza afirmou que o Banco Mundial não financiará a demarcação de terras indígenas em Rondônia e Mato Grosso, o que está a cargo do próprio Minter, através de seus órgãos afins.

## Passando por cima das coisas

O ministro do Interior, afirmou, ontem, que a justificativa apresentada pela Funai para a remoção de sete índios que estudam em Brasília, para escolas mais próximas de suas aldeias, é satisfatória e dá por encerrada a polêmica criada em torno do assunto, que tomou uma dimensão muito grande "por causa do passionalismo com que a questão do índio tem sido tratada". Andreazza afirmou que o noticiário divulgado, que chegou a preocupá-lo a ponto de transferir para o âmbito do Ministério o caso dos índios estudantes, dava conta de que todos os estudantes teriam suas bolsas cortadas, atitude que ia de encontro às diretrizes de seu ministério.

"Os sete índios que serão transferidos para outros locais — disse Andreazza — não têm emprego em Brasília e, por este motivo, os técnicos da Funai recomendaram a sua remoção para escolas mais próximas das aldeias, evitando que eles vivam ociosos." O Ministro defendeu que o índio, quando está mais próximo de sua família, corre menos riscos de perder seus vínculos culturais".

Segundo o Ministro estudam em Brasília, atualmente, 44 índios,

sendo que quinze hospedam-se na Casa do Ceará que mantém convênio com a Funai. "Os índios que trabalham e estudam, como é o caso de Carlos Justino Marcos, da tribo dos Terena, e Antônio José dos Santos, da tribo Tuxa, que tem emprego fixo, o primeiro na Funai e o segundo no Summer Institute — explicou — permanecerão em Brasília e a Funai, em alguns casos, pensa, inclusive, em oferecer uma complementação de salário para os que ganham pouco".

Andreazza disse, ainda, que leu com atenção o documento que lhe foi entregue pelos índios que estudam em Brasília, pedindo para não serem transferidos para outros locais. "Estes índios demonstraram uma grande desconfiança sobre nossas intenções — acentuou o Ministro — pois sofreram muitas injustiças desde o descobrimento do Brasil. Ainda ocorrem discriminações e preconceitos contra estas comunidades, e lutar para acabar com este problema é uma das atribuições do Ministério do Interior.

Ainda sobre o documento dos índios, Andreazza criticou a criação da União das Nações Indígenas — Unind, fundada em Brasília por vários dos índios bol-

sistas. A Unind, segundo defendem os índios, teria sido o principal motivo da remoção de alguns estudantes, como forma de neutralizar a sua ação. "Levamos em consideração a existência da Unind — disse o Ministro — pois achamos que a Nação Brasileira é única e indivisível, não existindo várias nações dentro do Brasil. Este é um assunto próprio para discussões acadêmicas, de pessoas que têm tempo a perder com este assunto. Não apoiamos este tipo de organização, pois achamos que a coesão entre os índios deve existir dentro das comunidades.

Andreazza mostrou-se irritado com as críticas feitas pelo Conselho Indigenista Missionário - Cimi, ao trabalho que está sendo desenvolvido pelo Projeto Rondon junto aos índios. "Os estudantes, de acordo com as acusações, estariam desenvolvendo o trabalho de informantes para os órgãos de segurança nas áreas indígenas — disse Andreazza —, mas isso não tem sentido, pois os estudantes não têm qualquer vinculação com o governo, eles são independentes e estão querendo apenas desenvolver um trabalho de conscientização junto à população envolvente, para acabar com a discriminação sofrida pelos índios.